



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 78, de 14 de junho;*
 3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 255/XIII/2.ª que solicita «a adoção de medidas com vista a melhorar as condições de saúde da população do Bombarral» - Relator: Deputado António Sales;*
 4. *Fixação da Redação Final relativa à PPL n.º 38/XIII/2.ª - Abrange no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforça as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto;*
 5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 574/XIII/2.ª (PCP) - «Pela construção urgente de um Hospital público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde»;*
 6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 919/XIII/2.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que seja efetuada uma auditoria às capacidades formativas existentes nas várias unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde»;*
 7. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audição da Associação dos Médicos de Saúde Pública, requerida pelo BE, para prestar esclarecimentos sobre o INSA.*
- 11:30 Audição conjunta da Federação Nacional dos Médicos, requerida pelo PCP e pelo BE, e do Sindicato Independente dos Médicos, requerida oralmente pelo PSD, para prestar esclarecimentos sobre o INSA.*

1. Informações

O Presidente deu informações sobre a visita da Delegação da Comissão à zona centro, a que presidiu, realizada a 23 de junho, na sequência dos incêndios

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

recentemente ocorridos. A visita incluiu uma reunião na Sede Nacional de INEM, em Lisboa, uma visita, com reunião, ao Centro de Saúde de Góis e uma reunião no Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra, sendo que a respetiva ata será distribuída em breve. Recordou também a visita que a CAE irá fazer ao Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, no dia 11 de julho, para a qual convidou os Deputados da Comissão de Saúde, pelo que apela a que se inscrevam junto do serviço de apoio à Comissão. Distribuiu ainda, para elaboração de parecer na generalidade, os PJs n.ºs 559 e 560/XIII/2.ª, ambos do PEV, sobre reembolso e devolução de taxas moderadoras. A elaboração de parecer conjunto para as duas iniciativas cabe ao PS, que irá indicar posteriormente o seu autor.

2. Apreciação e votação da ata n.º 78, de 14 de junho

A ata n.º 78, de 14 de junho, foi aprovada por maioria, com a abstenção da Deputada Isabel Galriça Neto, do CDS-PP, por ter estado ausente da reunião em causa. Nesta votação registou-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 255/XIII/2.ª que solicita «a adoção de medidas com vista a melhorar as condições de saúde da população do Bombarral» - Relator: Deputado António Sales

O Deputado António Sales apresentou o Relatório Final da Petição n.º 255, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, cuja resposta consta do Relatório. Concluiu com o parecer de que o Relatório Final seja remetido ao PAR e aos peticionários e publicado no DAR.

O Deputado António José Silva saudou o Relator pelo seu empenho e pelo Relatório, que reflete efetivamente o que se passou. Acrescentou no entanto que os peticionários deram conta de que as condições de saúde no Bombarral estão a piorar dia após dia, pois já mesmo depois da apresentação da petição perderam dois médicos. Os peticionários gostariam de ver aberta a extensão de saúde e de dispor de mais profissionais. Concluiu dizendo que não fora a disponibilidade da Câmara Municipal para ajudar e a situação ainda seria pior.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

4. Fixação da Redação Final relativa à PPL n.º 38/XIII/2.ª - Abrange no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforça as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto

A redação final relativa à PPL n.º 38/XIII/2.ª foi fixada por unanimidade, tendo sido aceites as sugestões da DAPLEN. Registou-se a ausência do PEV.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 574/XIII/2.ª (PCP) - «Pela construção urgente de um Hospital público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde»

A Deputada Ana Mesquita apresentou o [PJR n.º 574/XIII \(2.ª\)](#), fazendo notar que o Hospital Fernando da Fonseca (Hospital Amadora – Sintra), hospital distrital dos concelhos da Amadora e Sintra que iniciou a sua atividade em 1995, constituiu a primeira parceria público-privada na saúde, opção que o PCP considerou desastrosa, à qual sempre se opôs, lutando pela reversão da situação, que agora se consumou. Face ao censo de 2011, sabe-se que o hospital serve uma população estimada em 552.971 habitantes, estando o espaço físico subdimensionado, o que implica elevados tempos de espera e insuficiente capacidade de resposta daquela unidade às necessidades da população. Acresce que há um elevado número de utentes sem médico de família e se regista também a falta de outros profissionais (médicos, enfermeiros e assistentes técnicos). Esta situação tem vindo a manter-se e o descontentamento da população a crescer, pelo que a criação em Sintra de um nova unidade hospitalar é uma necessidade e uma exigência, que até hoje se não concretizou. Por estas razões o PCP recomenda ao Governo a construção deste novo hospital, integrado no setor público administrativo, dotado dos meios humanos, materiais e financeiros adequados, bem como a apresentação de um plano integrado de organização dos serviços públicos de saúde, para suprir as carências de profissionais de saúde, e ainda o reforço da resposta ao nível dos cuidados de saúde primários nas suas diferentes dimensões.

O Deputado Ricardo Batista Leite disse que considera este tema muito relevante, conhecendo bem o Hospital Fernando da Fonseca, que sempre teve problemas de falta de espaço e cuja capacidade de internamento está largamente esgotada. Sabe



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

que na passada segunda-feira foi assinado um protocolo entre a autarquia de Sintra e os Ministérios da Saúde e das Finanças, sobre o novo hospital, com conteúdo ainda desconhecido, havendo por isso falta de transparência neste processo. O Presidente da Câmara de Sintra diz que a abertura deste novo hospital está prevista para 2021 (podendo nessa altura já estar subdimensionado), sendo que a autarquia suportará a maioria dos custos, mas não se conhece qual o seu modelo de gestão e como se articulará com outras unidades de saúde. Também a 11 de novembro de 2016 foi criado, por despacho, um grupo de trabalho para estudar o Pólo Hospitalar de Sintra, mas não há ainda relatório publicado. Este novo hospital não terá uma única cama de internamento, pelo que não constitui de facto um hospital mas antes um centro de saúde. O PSD, face a estas dúvidas, está disponível para fazer perguntas ao Governo, em conjunto com o PCP, visando o esclarecimento desta situação.

O Deputado Vitalino Canas enalteceu a iniciativa do PCP, que permite este debate, pois as questões de saúde em Sintra são complicadas, devido ao marasmo de muitos anos. Não partilha algumas das propostas feitas e pensa que no preâmbulo do PJR é ignorado parte do que já está decidido e até feito. Não estamos perante medidas eleitoralistas, pois desde o início do seu mandato que o Presidente da Câmara de Sintra se preocupou com a questão da saúde e lançou várias iniciativas no terreno para colmatar problemas. O Hospital de Sintra vai ser de proximidade e corresponde a um investimento partilhado entre a autarquia e o Governo, em terrenos cedidos pela Câmara. Não foi previsto no orçamento de 2017, uma vez que não estava ainda decidido como seria financiado e a verdade é que o PSD não fez nada durante os três mandatos que teve na Câmara de Sintra.

O Deputado Jorge Falcato Simões disse acompanhar o PJR do PCP. Quanto aos dados novos, considera que não se sabe ainda se o novo hospital vai ou não corresponder ao que é adequado para satisfazer as necessidades da população e se vai ou não colmatar as deficiências existentes. Por isso entende que se mantêm atuais as recomendações deste PJR.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a opinião de que este novo hospital em Sintra devia ser uma prioridade, sendo necessário conhecer o pacote de serviços que vão ser disponibilizados à população, para que possam corresponder às expectativas. Recorda que há pouco mais de uma semana ocorreram demissões no Hospital Amadora – Sintra, da direção clínica, por causa da falta de recursos humanos. Não



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

está claro qual vai ser o modelo de gestão deste hospital, mas é preciso assegurar a sua sustentabilidade. A proposta do PCP pode ser vista como redundante, face aos compromissos assinados na segunda-feira, mas o que é prioritário para o CDS-PP é que o novo hospital responda às necessidades da população do concelho, com um pacote de serviços bem definidos.

O Deputado Ricardo Batista Leite fez uma interpelação à Mesa, solicitando que a Comissão requeresse ao Ministério da Saúde o protocolo assinado entre a Câmara de Sintra e os Ministérios da Saúde e das Finanças e ainda o estudo sobre o Pólo Hospitalar de Sintra.

A Deputada Ana Mesquita esclareceu que, embora o preâmbulo possa não referir algumas das evoluções entretanto ocorridas, a parte resolutiva corresponde à realidade, pois o hospital ainda não existe. O que o PJR expressa é a vontade de que seja construído um novo hospital, o que está perfeitamente atual, não se sabendo se as necessidades das populações ficarão satisfeitas com o que foi definido, sendo que estas recomendações podem ser assumidas paralelamente ao pedido de esclarecimentos ao Governo.

A informação relativa à discussão do PJR 574/XIII (2.ª), do PCP, será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 919/XIII/2.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que seja efetuada uma auditoria às capacidades formativas existentes nas várias unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde»

O Deputado Jorge Falcato Simões iniciou a sua apresentação do [Projeto de Resolução n.º 919/XIII \(2.ª\)](#) dizendo que o SNS tem de ser reforçado, de forma a garantir mais e melhores cuidados de saúde a todos, e que a falta de profissionais leva a demora no atendimento e cria listas de espera. No ano de 2015 houve médicos que, pela primeira vez, não conseguiram vaga para a formação especializada, tendo o BE, em fevereiro de 2016, apresentado um Projeto de Resolução que foi aprovado em plenário, recomendando ao Governo medidas para resolver esta situação, mas nada aconteceu. Em 2016 ficaram sem acesso à formação necessária para se tornarem especialistas 158 médicos e em 2017 existem 1758 vagas para um número potencial de 2466 jovens médicos, o que é situação inaceitável. Porque a existência de médicos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

sem formação específica em nada beneficia a qualidade do SNS, o BE recomenda ao Governo que seja efetuada uma auditoria externa e independente às idoneidades e reais capacidades formativas existentes em todas as unidades do SNS.

Seguiu-se o debate, tendo o Deputado Cristóvão Simão Ribeiro referido que o PJR trata de uma matéria muito importante para os jovens médicos. Concorda com o BE, que disse que era preciso mais investimento no SNS, mas recorda que em 2016 o investimento caiu, tendo aumentado o tempo médio de resposta, que era menor em 2011. Saliu que já em 2015 houve médicos que ficaram sem acesso à formação, e esse número quase que triplicou desde que o BE apoia este Governo. De facto o Governo não tem sido capaz de dar resposta a estes jovens. Perguntou em que moldes funcionaria a auditoria externa e independente e quem a iria propor, se não deveria ser extensiva a todo o sistema de saúde e não só ao SNS e desafia o BE a questionar o Governo sobre esta questão, como faz o PSD.

O Deputado António Sales informou que o PS acompanhará este PJR a pedir a auditoria, lembrando que este ano abriu o maior número de vagas de que há memória. Uma das componentes do problema é a limitação de vagas, ficando sempre a percepção de que poderiam ser abertas mais do que as indicadas pela Ordem dos Médicos e uma grande parte delas são no litoral. Este processo está ligado à avaliação que é feita sobre as entradas no curso de medicina. É preciso fazer uma reflexão alargada, com todos os parceiros, para que possa existir uma planificação atempada nesta área.

A Deputada Isabel Galriça Neto lembrou que esta questão foi aflorada na última audição do Ministro da Saúde. Coloca a questão de saber porque é que a Ordem dos Médicos atribui idoneidade formativa a entidades privadas e depois não abre vagas. Não deve ser ignorada a possibilidade de alargar a resposta formativa, desde que se garanta a qualidade da formação e a qualidade assistencial. Pensa que tem de haver um planeamento estratégico, não podem ser dadas respostas isoladas, ano após ano.

O Deputado Jorge Falcato Simões salientou que o BE sempre tem falado em subfinanciamento do SNS, tem questionado o Governo sobre estas matérias e lembra que o Governo é do PS, não do BE. Quanto à auditoria terá de ser externa e independente, e deverá identificar as capacidades reais do SNS para fazer a formação.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

A informação relativa à discussão do PJR 919/XIII (2.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7. Outros assuntos

O Presidente pediu celeridade relativamente às iniciativas pendentes, dizendo que o serviço de apoio à Comissão enviará a todos as listas de pendências.

10:30 Audição da Associação dos Médicos de Saúde Pública, requerida pelo BE, para prestar esclarecimentos sobre o INSA

A Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública fez-se representar por Ricardo Mexia e Hugo Esteves.

O Deputado Jorge Falcato Simões apresentou o requerimento do BE, dizendo que souberam da proposta de integração do INSA na Universidade e que ela significaria desmembrar o Instituto. A situação é pouco clara, razão pela qual o BE requereu várias audições. O Presidente do INSA e alguns investigadores comprovaram essa intenção de integração. Perguntou porque é que a Associação se demitiu da Comissão de Reforma da Saúde Pública (Comissão de Reforma).

O Deputado Luís Graça referiu que o Grupo de Trabalho que foi criado pelo Conselho de Ministros não tinha por objetivo integrar o INSA na Universidade, mas potenciar o seu trabalho a nível da investigação. Foram já ouvidas várias entidades nesta sede e ficou claro que não houve qualquer intenção de alterar a estrutura orgânica do INSA, e o Ministro da Saúde foi categórico sobre isso. Os GT são criados para fazer uma reflexão e podem ser levantados todos os cenários, mas não foi tomada qualquer decisão nesse sentido. Perguntou por que se demitiram da Comissão de Reforma e o que pensam sobre o papel do INSA.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro disse considerar que o INSA tem um papel preponderante na estratégia para a saúde pública, sendo uma referência na investigação. Houve informações contraditórias e foi referido que a integração havia sido considerada, como possibilidade. Perguntou qual a perceção da Associação sobre este processo e qual foi a sua origem, em que é que influenciou a sua saída da Comissão de Reforma e se o Ministro tratou desta questão com a lisura que ele merece.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Ana Rita Bessa disse que as audições sobre este assunto já vão longas e que de uma forma geral foi dito, recorrentemente, que não havia intenção de desmantelar o INSA, mas que se tratava de lhe atribuir mais funções, fortalecê-lo enquanto laboratório de Estado. Perguntou o que os levou a sair da Comissão de Reforma, se mantêm preocupações depois destes esclarecimentos e se querem partilhar mais alguma informação.

A Deputada Ana Mesquita relevou o papel do INSA na saúde pública, considerando que só um laboratório de Estado pode exercer estas funções com independência, pelo que tem de ficar claro que o INSA não é privatizado. Questionou a Associação sobre como souberam do GT informal e das suas conclusões, que opinião têm sobre a hipótese de integração na Universidade e que avaliação fazem de todo este processo. Respondendo às questões colocadas, Ricardo Mexia disse que a tomada de posição de sair da Comissão de Reforma já estava em cima da mesa mesmo antes da questão da integração do INSA, esta foi a gota de água. Considera que há duas instituições indispensáveis na saúde pública, a DGS e o INSA, e seria necessário discutir na Comissão de Reforma qual o papel que cada uma tem, e isso não aconteceu. O INSA tem de manter independência e autonomia, pois daí vem a sua credibilidade e tem de manter um equilíbrio entre a saúde pública e a investigação. Foram sabendo do que se passava pela comunicação social, inquiriram o Ministro sobre a questão e foi-lhes dito que o que estava em causa era colaboração e parceria. Ficam satisfeitos por saber que não há intenção de integrar o INSA na Universidade.

Hugo Esteves disse ainda que partilha as preocupações que viu aqui manifestadas e que a integração do INSA é um problema mais vasto, que não pode ser desligado da reforma da saúde pública. Pensa que o INSA deve ser um instrumento do Estado na saúde pública. A Associação não se quer excluir desta reforma, mas é crítica relativamente à forma como está a ser conduzida, continuando todavia disponível para colaborar.

Os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Luis Graça, Jorge Falcato Simões, Isabel Galriça Neto e Ana Mesquita fizeram ainda alguns comentários e pediram esclarecimentos adicionais que foram prestados por Ricardo Mexia.

O Presidente agradeceu a vinda da Associação à Comissão, bem como todas as informações dadas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

11:30 Audição conjunta da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), requerida pelo PCP e pelo BE, e do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), requerida oralmente pelo PSD, para prestar esclarecimentos sobre o INSA

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) fez-se representar por Mariana Neto e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) por Nuno Rodrigues.

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP, que solicita a audição da FNAM, enquadrando a questão que está em análise, que diz respeito à possibilidade de integração do INSA na Universidade. Perguntou como vêm esta possibilidade e o que pensam sobre o papel do INSA, enquanto laboratório de Estado.

O Deputado Jorge Falcato Simões apresentou o requerimento do BE, que solicita também a audição da FNAM, questionando sobre como analisam o desenvolvimento deste processo, se foi discutida a alteração do estatuto do INSA na Comissão de Reforma e se esteve em cima da mesa a possibilidade do seu desmembramento.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro apresentou o requerimento do PSD, que solicitou a audição do SIM. Disse que, em seu entendimento, o futuro do INSA não pode ser desligado da reforma da saúde pública. Fez um enquadramento da questão da integração do INSA na Universidade, pedindo que se pronunciem sobre ela.

O Deputado Luis Graça considera que a questão está a ser empolada, pois o Ministro da Saúde afirmou, de forma categórica, que nunca houve intenção de privatizar o INSA, nem de alterar o seu estatuto. Existe confusão entre o GT criado pelo Conselho de Ministros e o GT informal. De qualquer forma os GT discutem os temas elencando todos os cenários e só depois de haver propostas aprovadas pela tutela é que há decisões. Perguntou se no âmbito da Comissão de Reforma o Ministro colocou a hipótese de integrar o INSA na Universidade.

Em resposta às questões colocadas, Mariana Rodrigues explicou que a FNAM se apercebeu que o processo do INSA estava a decorrer em paralelo com os trabalhos da Comissão de Reforma, o que lhe não pareceu oportuno, razão pela qual abandonou a Comissão. Há anos que se vem falando da reestruturação do INSA e do seu reforço, pois efetivamente dá uma resposta notável e é um património importante do país. Existe alguma fricção entre organismos da tutela da saúde, por indefinição das funções de cada um. Não vê qualquer vantagem na tutela da ciência, em conjunto com a da saúde, pois o INSA tem de dar respostas no terreno, na área da saúde pública e a investigação é valiosa mas secundária. Falou do que considera serem as



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

linhas estratégicas para a definição do papel do INSA, pensando que deve ser complementar com o da DGS, têm que cooperar. Seria importante que houvesse uma auditoria externa e independente ao INSA, o que aliás devia acontecer de 5 em 5 anos. Outros aspetos críticos são os sistemas de informação e de informática.

Nuno Rodrigues acrescentou que só conhece o GT informal pela comunicação social e que, quando o SIM soube que o INSA estava a ser discutido noutra sede, saiu da Comissão de Reforma. Considera que o INSA não deve estar na tutela da ciência, uma vez que são diferentes as prioridades da educação/investigação, não deve ter recursos humanos temporários, pois tem de ser preservada a sua independência e não faz sentido o seu desmantelamento, tendo em conta o papel que tem na área da saúde pública.

Pediram alguns esclarecimentos adicionais os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Luis Graça, Jorge Falcato Simões e Paula Santos, que foram prestados pela FNAM e pelo SIM.

A Deputada Ângela Guerra fez uma interpelação à Mesa, solicitando que seja enviada à FNAM e ao SIM o *link* da audição do Presidente do INSA nesta Comissão.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo as respetivas gravações ser acedidas nestes links:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170628_2.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170628_3.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170628_1.mp3.

Palácio de São Bento, 28 junho 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 80/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Cristóvão Simão Ribeiro
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcao Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Eurídice Pereira
José Luís Ferreira
Luís Soares
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro